

Mesa 2

Sindicato por Ramo e por Categoria: Formas de Organização Sindical

■ Conceição Robaina, assistente social e conselheira do CRESS/RJ

Iniciaremos, agora, o segundo momento deste evento. A primeira mesa tratou a história da organização dos trabalhadores e teve por objetivo contribuir para uma contextualização da discussão que faremos agora.

A mesa "*Sindicato por ramo e por categoria: formas de organização sindical*" tem o objetivo de traçar um painel com experiências concretas de entidades nas duas formas de organização, para que possamos aprofundar o debate proposto para esse seminário. A comissão pensou na organização dessa mesa convidando duas experiências de organização por ramo e duas experiências na organização

por categoria, se preocupando em trazer para cada uma dessas experiências um assistente social para falar desta forma de organização.

Já temos nossas convidadas aqui conosco e, em nome da comissão organizadora do evento, quero agradecer a todas pela presença e contribuição. Cada convidada terá quinze minutos para sua exposição inicial. Isto feito, passaremos a palavra ao plenário para um bloco de dez intervenções de dois minutos cada e retornaremos a palavra a nossas convidadas. Vamos iniciar os trabalhos com a contribuição de Cíntia, do Sindicato dos Nutricionistas do Rio de Janeiro.

■ Cíntia Teixeira, representante do Sindicato dos Nutricionistas / RJ

Quero parabenizar o seminário. Infelizmente minha categoria ainda não chegou a esse patamar de organização - espero que algum dia chegue. Mas se há um diferencial, como Valério Arcary falou, é que pelo menos meu sindicato não é monolítico. É um sindicato que, em nível nacional, é corporativo, mas tem referência aqui no Rio de Janeiro como sindicato de trincheira frente ao projeto neoliberal, pelo qual a categoria não só

de nutricionistas, mas diversas categorias na linha de produção foram terceirizadas. Então, sobrou-se muito pouco do segmento de nutricionistas estatutários e, com o avançar disso, veio toda a questão de gênero. É uma categoria meramente feminina e a composição do sindicato só tem duas nutricionistas, a maioria é homem. Então, é uma categoria que vem sofrendo não só com questões de gênero, mas com todo o processo de exploração e

Fazemos uma trincheira ao que o neoliberalismo coloca para a classe trabalhadora de que ele não é mais trabalhador, e sim colaborador da empresa

opressão que vem do sistema do capital, fortalecido pelo projeto neoliberal. A proposta foi trazer um pouco da experiência de um sindicato corporativo. É um sindicato da área da saúde, mas em que também trabalha e milita o setor fabril. Então, não se traz só uma experiência no setor de saúde nos níveis hospitalar e de unidade básica, mas que também milita e trabalha nas fábricas, nas linhas de produção da indústria.

Nós vimos fazendo a discussão de sindicato de ramo e, na prática, temos uma iniciativa e a necessidade de não nos excluirmos frente à unidade de luta dos outros trabalhadores. Entendemos que a concepção de sindicato de ramo é importante, mas há necessidade de fazermos uma reflexão, do que, no Rio de Janeiro e a nível nacional, se conseguiu avançar. Acreditamos na concepção do sindicato de ramo, mesmo sendo sindicato corporativo, mas a unidade dos trabalhadores é fundamental. Então, é necessário construirmos de fato o que é ser na prática um sindicato de ramo. Na fábrica Rica ou na Sadia, por exemplo, para qualquer atividade ou movimento sindical que é feito, temos que entrar em contato com o sindicato de Laticínios, que é o sindicato dos trabalhadores de lá e, juntamente com eles, tentamos fazer uma mobilização e até a construção de planos de carreiras e salário. Isso é sindicato de ramo? Nós não estamos nos excluindo, nós estamos tentando buscar uma unidade. Na área da saúde, tentamos minimamente buscar com um grande sindicato, que é o Sindsprev, uma unidade de ação, em que nós temos discussões específicas. Isso é verdade, não

vamos tapar o sol com a peneira. Então, isso faz parte de uma discussão de como vamos dar condições até de fortalecer a categoria, não só com discussões gerais, mas com discussões específicas. Mas acreditamos que a discussão geral tem que nortear a discussão específica, e por isso reivindicamos a concepção do sindicato de ramo.

Há um entendimento de que, como já foi dito, temos que ter cautela e paciência. Mas, infelizmente, algumas categorias não são tão avançadas como o Serviço Social. Nós não passamos por revoluções na grade curricular, por exemplo. Progredimos ao ponto de colocar para a categoria que hoje ele é profissional de saúde como sempre, e não gerente das empresas. Hoje trabalhamos, debatemos e fazemos uma trincheira frente ao que o neoliberalismo coloca para a classe trabalhadora de que ele não é mais trabalhador, e sim colaborador da empresa. E é difícil fazer essa discussão, porque você forma profissional na universidade, mas você não discute as questões trabalhistas dentro da universidade. E é onde encontro nutricionista terceirizado nas empresas de alimentação, sendo oprimido e explorado na linha de produção. Onde encontro, numa indústria, o nutricionista que veste a camisa da empresa, mas que trabalha mais de 50 horas por semana. Perde-se a consciência de identidade de classe e isso é importante, é consequente e é maduro. Nós, enquanto sindicato, discutir dentro do sindicato de ramo como vamos encaminhar essas discussões. Quero colocar o sindicato à disposição e parabenizar novamente a mesa.

■ **Conceição Robaina**

Agradecemos a contribuição de Cíntia e passamos, imediatamente, a palavra à assistente social Margareth Alves Dallaruvera, presidente da Federação Nacional de Assistentes Sociais.

■ **Margareth Alves Dallaruvera, presidente da FENAS**

Gostaria de agradecer pelo convite de estar aqui com o coletivo trocando algumas experiências, algumas verdades, já que ninguém detém a verdade. Queremos refletir com vocês se o movimento Pró-Organização dos Assistentes Sociais é um processo de organização ou de reorganização sindical dos assistentes sociais. O tema do evento nos chama atenção, pois o Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro existe e foi marcado com muita luta. O processo da organização que

se deu tem uma história e precisamos contá-la. O Sindicato dos Assistentes Sociais do Rio de Janeiro tem uma carta sindical que é de 15 de maio de 1959. É um instrumento normativo do Ministério do Trabalho, mas o que temos que discutir, para além de ter uma carta sindical, é se a entidade garante o que defendemos, que é representatividade. Esse é o ponto de debate central que devemos colocar. Em 1990, o Sindicato dos Assistentes Sociais do Rio de Janeiro foi o primeiro sindicato a fechar, e como

está aqui no livro da própria professora Abramides, ele não fechou pelo debate da construção de ramo, mas como resultado de um processo de baixa mobilização da categoria dos assistentes sociais.

Alguns fatos decisivos marcaram a história do SASERJ, e quando falamos de organização, temos que ter todo um conhecimento do que foi feito na história, pois foi uma história construída com luta e grande participação da categoria. Em 1990, 29 pessoas presentes numa assembleia votam pelo fechamento provisório do nosso Sindicato – provisório por seis meses. Com 24 votos, dois pela manutenção e três pela abstenção, o SASERJ ficaria fechado por apenas seis meses. E, no entanto, o SASERJ não ficou fechado por seis meses, e sim por cinco anos. Em 1993, o professor Orlando Ribeiro Pinto inicia com um grupo o processo de reabertura do Sindicato. Esse grupo, principalmente na Prefeitura do Rio de Janeiro, onde nós éramos 56 assistentes sociais, lutava para ser reconhecido na área da saúde. Um momento em que vivíamos, como trabalhadores da saúde, uma greve de seis meses. Momento em que estávamos na lei 952 e o nosso pleito maior era chegarmos à lei 953, que é um sonho dos assistentes sociais da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro até hoje, e que só conseguimos através de uma nova lei, que é a lei conhecida como Lei do SIMAS (Sistema Municipal de Assistência Social), em seu artigo terceiro. E nesse momento, quando acaba a greve e todos recebem seus aumentos salariais, os assistentes sociais foram a única categoria da prefeitura que não recebeu aumento. Os assistentes sociais, então, se reúnem e entram na Justiça por contra própria. Perdem na Justiça e, segundo o advogado, por não ter sido um advogado de sindicato a impetrar o processo. Houve uma assembleia no Hospital Souza Aguiar, em que havia mais de duas mil pessoas, todas trabalhadoras da saúde, e os assistentes sociais, então, se reúnem e querem sua representação do ponto de vista sindical. Momento, ainda, em que nós íamos atuar dentro do próprio CRESS / 7ª Região, tínhamos a parceria do CRESS e tínhamos, então, sido eleitos para representar a categoria num processo de negociação. Vamos, então para uma audiência com o prefeito César Maia, em 1994. A presidência do CRESS compareceu à audiência junto conosco, tentamos entrar num processo combativo, só que o prefeito argumentou que não havia o nosso sindicato para que se iniciasse um processo de negociação, éramos apenas

representantes eleitos numa assembleia e o Conselho Regional não poderia entrar em negociação. Foi nesse momento que os assistentes sociais da prefeitura do Rio de Janeiro passaram, então, a entrar no movimento pela reabertura do nosso Sindicato.

Havia, então, um grupo liderado pelo professor Orlando, que era ex-dirigente do Sindicato, filiado ao PFL, apoiado pelo grupo de assistentes sociais que estava ajudando a atender ao movimento que ele tinha; e havíamos nós, o outro grupo, da Prefeitura do Rio de Janeiro, todos militantes de partidos de esquerda, e que éramos apoiados pela direção do CRESS/RJ, pela UERJ e pela UFRJ. Nesse momento, todas as assembleias foram conduzidas pelo CRESS/RJ. Os grupos se juntam e então se cria uma chamada Comissão Sindical, para discutir o processo de adesão à reabertura do Sindicato. Formam-se as chapas, a primeira liderada pelo professor Orlando e a segunda chapa liderada por mim, escolhida pelo grupo dos assistentes sociais, pois se queria um nome de professor para liderar a cabeça da chapa. Ganhamos apertado nas urnas. Não foi um processo qualquer de organização dos assistentes sociais aqui no Rio de Janeiro. A nossa chapa foi vencedora apoiada basicamente pelas pessoas que estavam dando todo o apoio ao nosso Sindicato. Nossa diretoria toma posse em 1995 e, naquele momento, negamos inclusive tomar posse pela presidente da comissão eleitoral, por ser uma pessoa ligada à chapa um, e pedimos que a nossa posse fosse feita pela presidente do CRESS. Vejam que neste momento a ANAS já estava extinta: portanto, o Rio de Janeiro passa por todo esse processo quase um ano depois de extinção da ANAS.

A partir da reabertura do Sindicato, dois meses depois, fomos convidados pela direção do CRESS a estarmos no VIII CBAS, em Salvador. Fomos todos contentes para lá, sem entender nada do que estava sendo discutido ali naquela mesa. Apanhei da Regina Marconi, sem saber por que estava apanhando. Só queria pegar o microfone e defender a reabertura, todo o processo rico de discussão; o Sindicato do Rio de Janeiro acabava de ser reaberto, então, nós queríamos falar no CBAS, mas na verdade estávamos apanhando. Montamos a nossa banquinha ali, começamos a passar o livro de ouro e aí começamos, então, a tomar conhecimento da questão da extinção da ANAS.

A partir daí, com a reabertura do

**Em 1990,
29 pessoas
presentes numa
assembleia
votam pelo
fechamento
provisório do
nosso Sindicato -
por seis meses**

Sindicato, começamos a discutir a importância da data-base da categoria dos assistentes sociais, que, no momento, estava aqui no Rio de Janeiro sendo representado pelo SENALBA, para iniciarmos o processo de dissídio e acordo coletivo. A questão é: os profissionais têm conhecimento, quando saem da faculdade, do que é acordo coletivo? O que é dissídio? São questões das quais só vão tomar conhecimento depois que saem da faculdade. Realizamos, então, o primeiro seminário nacional em 1995, quando discutimos o piso salarial, a carga horária e condições de trabalho, e fizemos todo o processo de discussão de desmembramento do projeto da Cristina Tavares. Fomos a Brasília em 1996 levar essa discussão e entregamos à deputada Jandira Feghali. Realizamos em 1998 o segundo seminário nacional. O TJ foi outra conquista nossa, porque os assistentes sociais aprovados no Tribunal de Justiça não conseguiram entrar e foram para dentro do Sindicato. E nós, com nosso departamento jurídico e dialogando com o departamento jurídico do CRESS (pois, mesmo estando junto na luta, não poderia entrar com ação por força da lei da criação dos conselhos profissionais) entramos em 1998 com uma ação e ganhamos o mandado de segurança contra o ato do corregedor, o que garantiu que os nossos colegas assistentes sociais hoje estejam trabalhando no Tribunal de Justiça.

Em 2000, passamos a nos inserir na luta das mesas de negociação. A nossa luta coletiva não é uma luta só de um sindicato, nós temos 11 sindicatos de categorias profissionais que trabalham juntos. Outra questão que também defendemos foi da emenda 34, garantindo que os assistentes sociais, assim como os demais trabalhadores com profissões regulamentadas, tenham o seu duplo vínculo. Estivemos, também, em todos os momentos da luta pela carga horária de 24 horas do estado do Rio de Janeiro em 2002. É polêmica essa situação - não para nós que sempre defendemos diminuição da jornada - e os assistentes sociais hoje no estado têm 24 horas, foi uma luta nossa liderada pelo companheiro Valdir, já falecido, ex-tesoureiro do SASERJ. Estendemos a jornada dos fonoaudiólogos para os assistentes sociais.

Outra conquista nossa é que os assistentes sociais da Prefeitura eram tidos como “papa-defuntos”. Nós é que entramos no Ministério Público, foi através das nossas ações que conseguimos alterar o ato do atual secretário de Saúde, fazendo com que os assistentes sociais

deixassem de ser “papa-defuntos” na rede municipal do Rio de Janeiro. Convivi um ano e meio com proteção policial, sendo ameaçada de morte por defender os interesses da categoria. Gostei muito quando o professor Valério coloca que há sindicalista que não passa por nada, mas esse não faz sindicalismo; pois o verdadeiro sindicalista sempre passou por uma situação, caso contrário não é sindicalista. A luta pela convocação dos assistentes sociais na Prefeitura do Rio foi liderada pela companheira Maria José Peixoto, pela qual vários assistentes sociais estão entrando pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

Em 2004, lançamos o projeto “Encontro com Autores”, um projeto dinâmico que realizamos dentro do Sindicato, no qual autores participam para falar de suas obras, para que possamos construir coletivamente esse debate e gerar ações propositivas para nossa categoria.

Continuamos a luta e, em 1999, com a nossa sede reformada, totalmente equipada, tivemos a possibilidade de levar os candidatos a prefeito para dentro da sede, para fazermos debates sobre os programas de governo e entregarmos nossa carta-compromisso.

O SASERJ vira referência nacional em 2000 porque, a partir dele, que é o quinto sindicato, nós então criamos em dezembro a Federação Nacional dos Assistentes Sociais. Como bem disse a professora Abramides, não foi com gato pingado, foi com o auditório cheio, em três dias de intensos debates. Todos os conselhos regionais de Serviço Social foram convidados, todas as entidades da categoria foram convidadas, porque queríamos construir o debate coletivamente. E hoje a FENAS tem 12 sindicatos reabertos, sete sindicatos já estão reabrindo no Brasil e nove estados estão sem mobilização. O de São Paulo reabriu em 1993 com a deputada Ana Martins (PCdoB), teve novo processo de abertura e está reabrindo agora em agosto com várias forças, colocando os trabalhadores de Bauru a Santos, com os municípios se organizando. Vai ser agora a reabertura do sindicato, sem a questão de estar partidário ou não.

O que temos garantido são os encontros nacionais. Os congressos da Federação são organizados a cada três anos, com os delegados eleitos na sua base. A nossa reflexão é: quando as entidades da categoria vão efetivamente fazer o debate? Hoje estamos na mesa nacional de negociação do SUS, com representação do Rio Grande do Sul;

estamos no Comitê Nacional de Promoção da Saúde do Trabalhador, estou no final do mandato na vice-presidência do CNAS, e no Conselho Nacional de Saúde com duas companheiras, Maria Laura Bicca, do Rio Grande do Sul e Viviane Afonso, do Rio de Janeiro.

Nós não queremos reabrir sindicatos, não estamos reabrindo sindicatos. A base da categoria é que está se organizando. Se não formos para lá, vai abrir de qualquer maneira. Mas não podemos ter representação e não garantir a representatividade, porque, no sindicalismo de categoria que defendemos, temos a clareza de que o mais importante não é a nomenclatura, mas a posição da direção da entidade. Até por que discutimos no encontro de Fortaleza se não deixaríamos de ser a FENAS e viraríamos um sindicato nacional. Mas é um processo, é um projeto que ainda não passou por dentro da nossa Federação. O mais importante para nós não é a nomenclatura nesse momento, mas a posição da direção da entidade. Não defendemos qualquer sindicato, mas um sindicato que, para além das lutas específicas, se insira também na luta geral dos trabalhadores e contra o capitalismo. Um sindicato classista, democrático, organizado pela base e que caminhe para a construção da unidade nas lutas contra as reformas neoliberais. É esse sindicalismo que defendemos. Já deixo claro que a FENAS não vive de imposto sindical: somos contra o imposto sindical. Nós temos a nossa organização. Quem dá sustentação financeira à Federação são os sindicatos que estão se reabrindo, não vivemos de imposto sindical.

A respeito da organização por ramo, os sindicatos passam a ter um processo de organização que dificulta a construção do ramo. Não somos contra a organização por ramo, nós a defendemos e entendemos que a tese teórica é perfeita para o combate do projeto neoliberal. O que nós discordamos são as distorções que estão se dando no caminho para a construção do ramo, inclusive algumas distorções do

ponto de vista conceitual. É um momento em que não se está entendendo mais o que é categoria, o que é ramo, o que é profissão e o que é ocupação para o Ministério do Trabalho pela CBO. Após 24 anos, o que estamos encontrando é a não unificação dos sindicatos. Muito pelo contrário: os sindicatos estão sendo criados "a rodo". Há distorções entre sindicatos gerais e sindicatos de ramo. Não há nenhum sindicato de ramo no Brasil, a tese não foi materializada. Nós temos que trabalhar e discutir democraticamente para materializar a tese do ramo. Outra questão é a da hegemonia partidária, são sindicatos pela luta da hegemonia partidária e as centrais sindicais.

Como vem se dando a luta política dos sindicatos? O que está sendo posto nisso? É a questão da consciência profissional e a consciência de classe, temos que dialogar sobre isso. De que adianta discutir se sou nutricionista, se sou assistente social do banco Bradesco? Eu vou falar de onde trabalho: sou assistente social do Bradesco. Ele é médico de uma metalúrgica, mas não é metalúrgico, é médico de tal lugar. Isso é a diferença de consciência profissional e consciência de classe, porque felizmente defendemos a consciência de classe, mas os trabalhadores, de modo geral, já estão atrelados à consciência profissional.

Para finalizar, gostaria de trazer uma questão. No 36º Encontro Nacional CFESS/ CRESS do Rio Grande do Norte, o Ivan Martins Pinheiro, entre outras questões, coloca algo que trouxe para refletirmos: vocês, assistentes sociais, vão, também, ter que encontrar uma mediação, porque o conselho (CFESS e CRESS) não pode ser um instrumento de luta. Ele é instrumento de regulação, e nós temos que fazer este debate. Mesmo sendo de vanguarda, nós temos que debater. Nunca duvidem da nossa capacidade de luta! Muito obrigada!

Muito obrigada e desculpem por ter passado o tempo previsto, mas ele é pouco para um debate tão rico!

Não há nenhum sindicato de ramo no Brasil, a tese não foi materializada. Defendemos a consciência de classe, mas os trabalhadores, de modo geral, estão atrelados à consciência profissional

■ Conceição Robaina

Nosso agradecimento à contribuição de Margareth. Vamos ouvir, agora, a assistente social Márcia Canena, ex-diretora do SindJustiça/RJ.

■ Márcia Canena, assistente social e ex-diretora do SindJustiça RJ

Gostaria de agradecer pelo convite e reforçar a importância deste evento. Sou assistente social do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro há 12 anos, fui diretora do SindJustiça na gestão passada

durante dois anos e atualmente sou delegada sindical de Niterói. Continuei e continuo na militância. Em primeiro lugar, é importante que entendamos que o papel do partido é organizar a classe

toda no sentido da transformação, da revolução. Qualquer sindicato sempre terá um caráter corporativo; ou seja, irá representar determinado segmento, defender os direitos trabalhistas. Porém, além disso, o sindicato ocupa um papel importante na formação política dos trabalhadores, na construção da consciência de classe: portanto, o sindicato não é só um espaço de luta econômica e corporativa, mas também de informação e construção da solidariedade de classe. Na nossa concepção, o sindicato tem que necessariamente se preocupar com o trabalho e a representação de base, e percebemos que esta é uma grande questão hoje, pois há certa crise do movimento sindical. Além do neoliberalismo e do individualismo, que conseguem ideologicamente ganhar cada vez mais espaço na sociedade, os sindicatos também têm dificuldade de garantir essa democracia pela base, o não atrelamento, enfim, de garantir uma credibilidade junto a sua categoria.

Consideramos muito importante o sindicato por ramo de atividades. No caso do Judiciário do Rio de Janeiro, o Tribunal de Justiça tem, atualmente, em média, 15 mil servidores; ou seja, um número imenso. Nesta mesma entidade, conseguimos reunir analistas judiciários, técnicos judiciários – que são aquelas pessoas que trabalham mais nos cartórios –, oficiais de justiça, assistentes sociais, psicólogos, comissários, ou seja, todos que trabalham no Judiciário compõem a base do SindJustiça. E o índice de sindicalização é bastante alto para a nossa realidade. Em média, temos pouco mais de 50% da categoria sindicalizada, além de aposentados, o que é um percentual alto frente à realidade que temos por aí. Esta discussão é importante porque, quando trabalhamos em um setor como este, todos temos o mesmo presidente do Tribunal, o mesmo Corregedor, normas, relações com juízes, uma série de questões que nos identificam. Nós fazemos parte desta mesma categoria, que trabalha neste espaço, neste lugar. Então, não poderíamos de forma alguma fazer, por exemplo, uma associação. Entendemos que isso é um equívoco, pois você tem que usar o espaço do sindicato que tem toda base para que você possa garantir a discussão das questões específicas dentro dele, ao invés de buscar fragmentação com associações paralelas que, na verdade, vão fragilizar esses segmentos. Nosso entendimento é de que a entidade sindical é fundamental. Se existe problema numa direção,

há de se fazer a disputa, o debate, o questionamento para se avançar, e não para se criar outras associações que vão dividir os trabalhadores.

O movimento no sindicato por ramo se dá da seguinte forma: para todos os movimentos em que a categoria é chamada, os assistentes sociais participam como qualquer outro servidor, ou seja, nas assembleias, nas greves, na militância, cada um com sua militância, com seu nível de engajamento. De forma alguma um assistente social se coloca diferente em um movimento, por exemplo, de greve. Ele é tão servidor quanto os outros. As pautas de reivindicações são construídas nos espaços democráticos, nas assembleias gerais, nos conselhos deliberativos sindicais, e assim se constrói uma identidade muito maior. Na medida em que nos entendemos como servidores judiciários e compartilhamos essas experiências, essa vivência e as dificuldades, nos identificamos mais. A realidade que temos do Judiciário é de falta de condições de trabalho, de uma série de coisas comuns a todos. É claro que cada um tem suas especificidades. Os assistentes sociais do Tribunal, por exemplo, têm problemas com a relação entre o número de processos e a capacidade laborativa. Hoje são 305 assistentes sociais, alguns se aposentando, e temos uma demanda cada vez maior, uma demanda enorme para o assistente social atuar, uma população em situação de extrema exploração. A consequência disso é o profissional adoecido, exausto e sobrecarregado, que leva o trabalho para casa sem hora extra, que trabalha até tarde, dificultando, inclusive, sua militância. Este é um dos elementos que dificulta a participação do assistente social no movimento sindical, embora devesse até ser o contrário.

A proposta de organização do sindicato por ramo tem uma relação direta com o nosso projeto ético político. É exatamente essa compreensão da luta dos trabalhadores, da luta de classes, mesmo. O SindJustiça, por exemplo, consegue combater um pouco daquele corporativismo que é muito forte em nós, daquela questão sobre se o problema é meu ou não é meu. Conseguimos ter uma visão muito mais ampla de toda a realidade do Judiciário, e mais: pelo fato de sermos assistentes sociais, pela nossa formação, pelo nosso engajamento, pela nossa visão, acredito que temos muito a contribuir na própria luta sindical. Além disso, nós, assistentes sociais do Tribunal, trabalhamos também com

servidores, ou seja, nós conhecemos, melhor do que ninguém, esse lugar, a situação por que passa o servidor de Justiça. A questão do assédio moral, por exemplo, que é gravíssima no Tribunal de Justiça, as relações de hierarquia, as relações de opressão são extremamente fortes; a remoção, que é a grande pressão exercida sobre o trabalhador judiciário etc. Então, nós, assistentes sociais do Tribunal, temos uma capacidade enorme de fazer a análise daquela realidade e intervir nela. Contudo, os assistentes sociais do SindJustiça ainda não têm uma postura de ocupar os espaços dentro do sindicato, um espaço de vanguarda, de disputa política. Ficam muito mais na luta pontual do que na liderança desse movimento.

O SindJustiça é um sindicato muito representativo no estado do Rio de Janeiro, tem muita força política. Vivenciamos isso na ALERJ, nos embates que temos no próprio Tribunal e nos avanços que temos conseguido ao longo dos anos, que são um reflexo da força da entidade sindical. Porém, percebemos que, apesar de ser um sindicato por ramo, onde congregamos todos os trabalhadores, há, sim, especificidades que devem ser consideradas, e esse é o grande desafio. Em 2007, aprovamos a organização de núcleos de segmentos singulares, ou seja, dentro do próprio sindicato temos um espaço para as especificidades. Mas dentro do sindicato, e não fora dele, não construindo nada paralelo e fragilizado. Isso tem que ser implementado, porque é assim que se vai ganhar força, fazendo

a disputa dentro do sindicato. Nós temos um exemplo grave no Tribunal que é, por exemplo, o sindicato dos escrivães, que existe há muito tempo. Em todas as greves, os escrivães se colocam à parte do movimento, e, às vezes, encaminhando demandas que até se chocam. Isso vem nos mostrando ao longo dos anos que não é no divisionismo que avançamos. As proposituras de outros sindicatos só levam a uma marcação, uma separação.

Entendemos que este desafio está dado no sindicato por ramo: garantir a especificidade sem perder a visão do todo, tendo uma identidade de classe. E isso é um papel importante do sindicato, porque é a formação política e o fortalecimento da classe. Gostaríamos de deixar registrado que qualquer outro encaminhamento que não seja para fortalecer a entidade sindical significa uma fragilização. A história mostra há séculos que, quanto mais unificado, mais força se tem.

Esse debate tem que ser feito nas universidades, nas salas de aulas. Nós, assistentes sociais, com a nossa formação, trazemos o debate da discussão política, mas falta, realmente, o engajamento condizente com isso. Somos mais de 50% de assistentes sociais sindicalizados no SindJustiça; no entanto, a militância está aquém do necessário, e precisamos ocupar esse espaço em todos os locais em que atuamos, enquanto empresas ou organização. O importante é que ocupemos lugar enquanto assistentes sociais e que possamos contribuir também com o movimento.

Este desafio está dado no sindicato por ramo: garantir a especificidade sem perder a visão do todo, tendo uma identidade de classe

■ Conceição Robaina

Agradecemos Márcia Canena por suas contribuições e passamos a palavra a nossa última convidada, Maristela Farias, representante do Sindsprev/RJ.

■ Maristela Farias, representante Sindsprev / RJ

O Sindsprev, em princípio, era da previdência e da saúde federal, antes da abertura para o ramo da seguridade social, a partir de uma discussão iniciada no Congresso da FENAT, em 1995, e concretizada em 2002, quando a construção do ramo foi de fato aprovada. Hoje, além da previdência, temos a saúde federal, estadual, municipal, FUNASA, FNS, enfim, diversas categorias. O Sindsprev foi vanguarda nessa discussão em nível nacional, porque, mesmo dentro da federação, ela só avançou concretamente no Rio de Janeiro. Isso por que, com o aprofundamento do governo

de frente popular, que levou à paralisia das lutas e acelerou a entrega do país ao capital estrangeiro, se fez cada vez mais necessária essa implementação do ramo como forma de luta mais unitária entre a classe trabalhadora – principalmente a saúde, um setor amplo que abrange muitas categorias e, se não tiver uma unidade de ação na prática, dificulta o resultado das conquistas. Com relação ao imposto sindical, esta é uma política da qual o Sindsprev é contra. Não recebemos o desconto do imposto sindical de nenhuma categoria.

Para continuar minha contribuição,

farei a leitura de uma reflexão a respeito do contexto econômico e as relações de trabalho. Como consequência da globalização, destacam-se a precarização nas relações de trabalho, o aumento do desemprego estrutural, a exigência de maior qualificação profissional e o crescimento do mercado informal. Dentre essas mudanças, podemos citar os cortes nos gastos sociais, a retração do Estado e o aumento da responsabilidade civil. Acrescenta-se, ainda, o não compromisso formal por parte do Estado com o pleno emprego, caracterizando a contraposição aos princípios constitucionais e o aprofundamento das desigualdades sociais. As mudanças citadas irão refletir diretamente na implementação das políticas sociais, especificamente na seguridade social, que possui relação direta com o trabalho, onde a assistência é direcionada aos portadores de deficiência, aos idosos, às crianças e aos adolescentes, ou seja, aos impossibilitados de trabalhar, e a seguridade ampara aos que trabalham, o que nos remete a discutir o trabalho enquanto meio de reprodução humana e subsistência, bem como enquanto determinante quanto ao acesso aos direitos sociais.

Existe um elevado número de trabalhadores ocupados que não contribuem para a previdência social, podendo ser subdivididos em três grupos: os que recebem menos de um salário mínimo, os que possuem idade entre 10 e 16 anos e os que estão acima de 60 anos. No Brasil, a assistência não tem programas para os aptos ao trabalho: os programas de erradicação do trabalho infantil são muito tímidos, e os que estão entre 60 e 67 anos não estão acolhidos pelos benefícios sociais. Os trabalhadores

inseridos no mercado de trabalho, além das mudanças nas relações de produção, sentem ainda o impacto das mudanças impostas pelas reformas no âmbito da previdência social.

Na atualidade, discute-se constantemente a possível crise do Estado devido aos gastos sociais e previdenciários. Tais gastos são vistos de forma secundária, ou seja, por não gerarem riqueza, são postos em segundo plano e caracterizados como sendo dispendiosos. Na verdade, a "crise do Estado" passa pela não arrecadação de impostos dos grandes produtores, pela morosidade e ineficiência na fiscalização da arrecadação tributária. Essa possível crise do Estado impulsiona as investidas do setor privado nas áreas econômicas e sociais. O desmantelamento de estatais ou paraestatais, cujos rendimentos foram negativos, abriu o caminho para que as grandes corporações se estabelecessem.

Os elementos citados anteriormente, privatização e cortes nos gastos públicos, não podem ser considerados meios de ajustar as contas públicas, pois existem países considerados desenvolvidos onde o gasto público é consideravelmente superior ao brasileiro e não existe crise no Estado. Esse fato nos leva a refletir acerca dos caminhos pelos quais estão sendo conduzidas as políticas sociais.

Para concluir, diante dessa conjuntura, os ataques estão sendo aplicados ao conjunto da classe. Por isso, uma organização política destes trabalhadores precisa unificar e não segmentar as lutas. Por isso, defendo a concepção do sindicato de ramo, porque entendo que fortalece a unidade dos trabalhadores, e a partir do todo é que vai se refletir a luta dos assistentes sociais, pois esta luta é de todo o conjunto da civilidade social, assim como da classe trabalhadora.

Daniele Parente, assistente social da Prefeitura do Rio de Janeiro: Fico muito feliz com a organização desse debate, que vem sendo há muito tempo negligenciado em torno de uma suposta polarização entre o Conjunto CFESS/CRESS, o Sindicato e a Federação dos Assistentes Sociais, o que causa grande prejuízo no sentido da organização política, porque são lutas complementares em seus campos específicos, de acordo com a legitimidade e com a especificidade de cada uma dessas entidades. Observo como a categoria vem produzindo esse distanciamento das suas entidades de categoria e, ao mesmo tempo, com a fala das representantes sindicais aqui à mesa, identifico algumas contradições.

Por um lado, a partir da fala da representante da FENAS, parece que essas lutas têm seus espaços definidos e seriam complementares; mas não entendo, por exemplo, como há um questionamento tocante ao valor da anuidade do Conjunto CFESS/CRESS, porque é um Conjunto que tem um papel importante, histórico, complementar, um papel de politização, de consolidação da direção social da categoria dos assistentes sociais. Então, me parece uma contradição muito grande esse tipo de ação política e jurídica contra um Conjunto que vem colaborando para essa politização e para esse direcionamento social.

Outra contradição que identifico é no tocante a uma questão mais específica, no âmbito da prefeitura do Rio de Janeiro. De acordo ainda com a fala da representante da FENAS, sindicato por categoria e sindicato por ramo são complementares, mas, ao mesmo tempo, existe uma ação no sentido de criar mecanismos impeditivos à livre organização dos trabalhadores. Os trabalhadores da prefeitura têm a opção de se filiar ou à Associação Municipal dos Servidores, que é uma entidade cartorial, ou, então, ao Sindicato dos Assistentes Sociais. Então, onde é que fica a nossa liberdade de organização, não temos caminho? Penso que a questão da liberdade de organização deve ser preservada e buscada. Para exemplificar, houve um movimento de organização dos assistentes sociais da prefeitura, em que nós buscamos o Sindsprev e o Sindicato dos Assistentes Sociais para engrossar essa luta e não fomos recebidos. Então, se neste momento é colocado que são lutas complementares, no momento da luta

concreta a complementaridade não se coloca.

Maria José Peixoto, diretora do Sindicato dos Assistentes Sociais do Rio de Janeiro e da Federação Nacional dos Assistentes Sociais: É importante registrar neste evento que o Sindicato dos Assistentes Sociais é contra o imposto sindical, que não foi imposto pelo SASERJ, é lei. Essa questão não deve absolutamente ser colocada como "mala" para o nosso movimento sindical. É descontado porque a lei preconiza e os patrões exigem que se pague; senão, não se pode trabalhar na iniciativa privada; isto é o primeiro ponto. Na prefeitura do Rio, todos os assistentes sociais têm um acordo político, administrativamente, no qual, em todo mês de fevereiro, há o prazo de dez dias para que os trabalhadores de nível superior procurem seus sindicatos e paguem diretamente a eles. Neste caso, os assistentes sociais filiados ao sindicato não têm o imposto sindical descontado e são automaticamente absolvidos. Aqueles que não são filiados ao sindicato pagam o seu imposto sindical na Caixa Econômica Federal. Quero deixar muito claro que o imposto sindical não é uma proposta nossa e que repudiamos qualquer contribuição impositiva, e o imposto sindical é uma delas. Nós temos trabalho, temos militância e trabalhamos com muita seriedade.

Se há divergência no entendimento entre ramo e categoria, gostaria de dizer uma coisa: os estudantes, por exemplo, quando estiveram na ponta, trabalhando em uma empresa privada, se não fizeram o acordo coletivo, a convenção coletiva de trabalho, vão ficar sem um real de reajuste salarial ou de inflação. Fiquem atentos a isso, porque são as entidades sindicais de categoria que fecham acordo coletivo com a iniciativa privada. E aí, é preciso pensar de que forma vamos discutir esse sindicato de ramo sem prejudicar aqueles trabalhadores que não estão nas instituições públicas, porque uma coisa é ser trabalhador de instituições públicas, outra coisa é ser trabalhador da iniciativa privada, onde às vezes se trabalha muito e se recebe muito pouco em relação ao servidor público.

Rose Serra, professora da UERJ: Existe algo da maior importância chamado formação sindical. Qualquer pessoa que queira entrar nessa luta sindical tem que ter uma mínima

Não entendo como há um questionamento tocante ao valor da anuidade do Conjunto CFESS/CRESS, que tem um papel histórico, de consolidação da direção social da categoria dos assistentes sociais

formação, entender algumas coisas, se inteirar da história. Temos que nos preocupar com o que vem daqui para frente, mas não podemos ignorar os equívocos e acertos, que a minha geração, por exemplo, teve. Este é um ponto importante.

Como foi colocado pela Margareth, há um equívoco nessa discussão entre ramo e categoria. Não penso que seja a centralidade da luta, mas movimento de ramo, como foi pensado pela CUT, era outra coisa. Gostaria de dizer que não partilho dessa animosidade, nunca foi a nossa estratégia de luta. Temos que aprender a ler a realidade. Se o real está apontando que os sindicatos voltaram, uma coisa que montamos com a nossa luta, é preciso primeiro ver o que isso significa. Se esses sindicatos foram apoiados pelas bases, eles são legítimos; então, vamos ver o que aconteceu nesse período histórico. Quando digo que fui contra a extinção da ANAS, me baseio no seguinte argumento: ora, nós deixamos espaço vazio, e o espaço vazio foi ocupado pela FENAS. Não basta apenas se constituir contra a FENAS, basta termos uma leitura do real e vermos o que queremos construir agora. Para isso, as pessoas têm que conhecer a história, principalmente os mais jovens, que devem se inteirar do que era realmente a proposta da CUT, não ter uma ojeriza como princípio. A CUT foi fundamental nesse período histórico para que tivéssemos algumas conquistas hoje. Então, não pode ser uma luta tão somente ideológica, tem que conhecer a história de ontem e de hoje.

Eu, por exemplo, não concordo muito com essa história de criar entidades paralelas. Se você não concorda com o sindicato, como nós já fizemos com o Sindicato do Rio de outrora, fomos para dentro dele, criamos um grupo, que foi o embrião da ANAS e que foi a estrutura aprovada para a proposta do Rio. Vivenciamos isso, assumimos o sindicato com legitimidade de algo novo e a ANAS foi uma realidade. Então, sugiro que nos encaminhamentos desse grupo se tenha paciência, que é fundamental para quem quer mudar as coisas. Vamos devagar e sair um pouco desse campo da animosidade. Vamos ver mais fundo para depois construirmos aquilo que é pertinente agora e com consistência de prática política, para que o barco não seja abandonado, porque é difícil essa luta. A luta sindical é muito difícil, nem todo mundo segura a barra.

Bianca Lessa, presidente do SASERJ e diretora da FENAS: É lamentável que a mesa tenha sido tão corrida. Por mais valiosa que tenha sido a primeira mesa, o anseio de todos aqui era tratar sobre esse debate: sindicato de ramo e categoria. É importante

pautar qual é o papel do sindicato, realmente. Qual é o papel do conselho? Acho que a base, de uma maneira geral, não tem essa clareza, há uma deficiência na formação. A universidade não discute isso atualmente, e aí ficamos debatendo, numa briga desnecessária. Sabemos que o sindicato é para defender trabalhador e lutar pelo que a base vai pleitear, mas, para isso acontecer, a base tem que estar lá dentro, tem que participar. Não adianta irem dez pessoas na assembleia do sindicato, decidir os encaminhamentos, e os outros cinco mil que estão de fora dizerem que não é daquela forma, é de outra. Ouvi uma frase de um professor que diz: se quero que o sindicato tenha a minha cara, tenho que estar lá dentro do sindicato. E quando decidi que tinha de me representar, me propus a participar. Faço questão de representar minha categoria, faço questão que o Sindicato represente o que acredito ser pertinente e não me proponho a ficar do lado de fora reclamando dizendo que o sindicato não faz, que o sindicato poderia fazer. Assim como, no momento em que eu achar que o CRESS tem que fazer isso ou aquilo, vou para dentro do CRESS cobrar. Mas, infelizmente, não temos essa prática, por isso este encontro é muito válido, e pertinente este debate, que deve ser ampliado para a categoria de uma maneira em geral, em um segundo encontro.

Tânia Diniz, assistente social, conselheira do Conselho Federal de Serviço Social: Gostaria de parabenizar o evento, parabenizar a forma como ele foi construído, com essas duas mesas. Está posto um desafio para nós. Quero reforçar o que a Bia colocou na primeira mesa: mais do que ficar discutindo a forma, é preciso fazer o debate do conteúdo, de como pensar essa sindicalização como forma de organização da categoria, e aí vale a pena reafirmar que o Conjunto CFESS/CRESS, como sujeito político coletivo, vem defendendo, vem construindo coletivamente nosso projeto ético político, buscando as mais diferentes estratégias na defesa desse projeto, na defesa dos trabalhadores, dos serviços prestados aos usuários. Nesse sentido, acabamos de saber, por exemplo, que como resultado da nossa luta coletiva, foi homologada a convocação de 450 assistentes sociais para a previdência. Isso é muito mais do que regulação, isso reforça o coletivo. Estamos na luta cotidiana buscando as mais diferentes formas de enfrentamento do projeto neoliberal.

Moara Paiva Zanetti, assistente social da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro:

Não é uma coisa dada a ideia de que o sindicato por ramo é revolucionário e por categoria é conservador

Gostaria de dizer que este debate da organização sindical da própria categoria ainda está muito defasado na academia. Nossa formação tem um caráter diferenciado e me causa estranhamento quando vejo que o nosso índice de filiação sindical é igual ao da classe trabalhadora como um todo. Boa parte, eu inclusive, não está filiada a espaço nenhum. É importante chamar para a organização sindical, mesmo, não entrando agora no mérito de ser por ramo ou por categoria, até por que não é uma coisa dada a ideia de que o sindicato por ramo é revolucionário e por categoria é conservador.

Quero falar da minha experiência em relação ao SASERJ e chamar a atenção para quando o Valério Arcary fala sobre discurso e prática, pois se pode ter uma fala inflamada, quase revolucionária, mas é preciso ir às práticas. Nas vezes em que eu e companheiros da Prefeitura fomos procurar o sindicato, não fui recebida, fui quase expulsa do sindicato. O dia, por exemplo, do debate com os prefeituráveis foi o mesmo dia em que o Marcelo Garcia, nosso algoz na SMAS, esteve lá para fazer um ato de filiação. Ou seja, se criou um palco ali, chamou-se a categoria para o debate com os prefeituráveis, mas também o gestor, que foi lá fazer um ato de filiação de pleno apoio a essa gestão do SASERJ. O que isso significa? O que significa entrar na Justiça em relação à anuidade do CRESS? O que significa entrar pela via judicial contra uma entidade que faz luta política, sim, não dá conta das questões sindicais, mas que também não é só de regulação, tem papel político? O que é tentar desmontar essa entidade pela questão financeira?

Outro ponto a ser levantado é a filiação do nosso Sindicato e da FENAS à CUT, que cumpriu um papel histórico, mas que hoje já temos clareza de que tipo de papel tem cumprido. Quanto ao imposto sindical, há vários sindicatos que o devolvem. Se vocês são tão contra, então por que não devolvem para quem contribui? Existem várias formas de se fazer isso.

A relação entre Marcelo Garcia e SASERJ todo mundo conhece, mas várias outras, como a da prefeitura de Nova Iguaçu, são exemplos dessa articulação entre o SASERJ e os gestores municipais para estabelecer acordos que não necessariamente são em benefício da categoria.

O chamado para a organização sindical é também um chamado para a observação das contradições. Quem acha que o caminho é pela organização por categoria, também convide a estar lá dentro para tentar mudar, porque atualmente é muito complicado e não representa a nossa categoria.

Jefferson Lee de Souza Ruiz, assistente social e assessor político do CRESS/RJ: Gostaria de abordar três questões. Concordo que os percentuais de participação sindical dos assistentes sociais estão muito abaixo da média da classe trabalhadora. Segundo as pesquisas que estão disponíveis, os assistentes sociais têm nível de participação em sindicatos, o que não significa sindicalização, em torno de 10%. E dados do DIEESE de quatro a cinco meses atrás apontavam a sindicalização média da classe trabalhadora brasileira em torno de 17% no país. Não é uma diferença de apenas meio por cento. Isso é um problema sobre o qual realmente temos que nos debruçar. Penso que a categoria tem que fazer experiências concretas de luta, seja em que modelo de sindicato for, para poder saber qual a forma mais adequada para a sua organização. Mas eu defendo, pessoalmente, que a organização por ramo é a mais adequada.

Quero deixar duas questões para serem pensadas quando este debate for retomado, com mais tempo. A primeira é que o sindicato profissional em geral vai na contramão da construção do ramo, porque ele promove a organização por categoria, a organização corporativa. Na minha impressão, os sindicatos profissionais contribuem para uma divisão social do trabalho que é muito moldada à lógica capitalista. Não é a toa que a maioria dos sindicatos profissionais são de pessoas formadas em nível superior, o que alimenta uma divisão entre aqueles que têm acesso à graduação e aqueles trabalhadores que não têm acesso à educação. Portanto, de novo, o trabalho intelectual, o trabalho manual e várias outras divisões que estão escritas por grandes contribuições marxistas ao longo da história.

Uma segunda questão que gostaria de registrar para os próximos debates é que várias vezes foi mencionada aqui uma falsa polêmica entre FENAS, Conjunto CFESS/CRESS, CRESS e SASERJ. Não compartilho dessa visão. Estou no CRESS há dez anos e acho que, em vários momentos, houve tentativa de aproximação desse debate, e todas as vezes que isso não evoluiu foi por diferenças políticas. A FENAS continua defendendo, pelo que sei e já ouvi sendo falado publicamente, que o Conjunto CFESS/CRESS não deve estar representado em conselhos de direitos e políticas porque não é representação legítima de trabalhadores. Por exemplo, há a questão que já foi amplamente tratada aqui da tentativa de inviabilizar o Conjunto CFESS/CRESS. Uma coisa é o companheiro Ivan Pinheiro, na sua fala inicial do Encontro Nacional do CFESS/CRESS, em 2005, dizer que os assistentes sociais precisariam pensar outra forma

de organização que não o Conjunto CFESS/ CRESS porque não seriam instrumentos de luta – e isso foi revisto por ele depois, no debate, que não consta na transcrição –; outra coisa é ouvirmos assistentes sociais retomarem esse debate para o público. Para mim, isso é desconsiderar a contribuição que o Conjunto CFESS/CRESS teve na mudança histórica dessa profissão.

Por fim, gostaria de dizer que, sem desconsiderar as mediações que existem em todo esse debate, só conheço uma experiência – posso estar desatualizado – de sindicatos que se dizem contra o imposto sindical e que tomaram medidas concretas para além da mera devolução do imposto sindical da sua categoria: o Sindicato dos Eletricitários de Campinas. Para vermos como tem que se fazer mediação, o presidente atual da CUT, que todos sabemos qual papel cumpre na conjuntura, é deste sindicato. Mas é o único que conheço que teve a coragem de entrar na Justiça para pedir que se impedisse a cobrança de imposto sindical de qualquer trabalhador, sindicalizado ou não, no seu sindicato. Isso é dizer e atuar no sentido de combater a existência de imposto sindical e fica aqui, assim, um desafio para a FENAS e para o SASERJ.

Nelson Coelho, assistente social: Na minha humilde opinião e entendimento, penso que está sendo colocada aqui uma falsa polêmica, ser contra ou a favor do sindicato por categoria ou sindicato por ramo. Para mim, a realidade aponta para outro caminho, e posso falar isso por experiência própria. Militei por alguns anos no movimento estudantil da UFF, onde tivemos greves duras, difíceis e algumas vitórias. Isso só foi possível por que setores do movimento estudantil, os trabalhadores da UFF e muitos dos professores se uniram. Essas vitórias foram bastante necessárias, até mesmo para a motivação da luta de estudantes dentro da universidade. Respeito os companheiros e as companheiras que defendem que temos que nos organizar pelo sindicato de assistentes sociais, mas sou totalmente a favor de nos organizarmos por ramo. A nossa classe está cada vez mais fragmentada, e organizar o sindicato de assistentes sociais só pela categoria vai fragmentar ainda mais a luta da classe.

Para concluir, penso ser muito complicado setores se colocarem contra algo que é uma luta histórica da classe trabalhadora. Gostaria que a FENAS explicasse aqui para toda a categoria por que se colocou contra a redução da jornada de trabalho dos assistentes sociais para 30 horas semanais. Essa foi a informação que me colocaram. Se não for isso, gostaria de esclarecimentos e peço perdão de minha parte.

Janete Luzia Leite, professora da Escola de Serviço Social da UFRJ e militante da base no âmbito do sindicato nacional dos docentes universitários: Mais do que fazer a organização por ramo ou por categoria, é importante saber o que entendemos por concepção sindical, pois isso começa a clarificar, e aí volto a Bia e a Rose, que chamam a atenção para a história. Nós entendemos que a CUT teve um papel primordial, mas é preciso entender o que é a CUT hoje. E quero saber o que é estarmos nos vinculando a um sindicato que está na base da CUT. Isso, para mim, não é ser contra o neoliberalismo. A CUT é a central sindical chapa branca, é a central sindical do governo. Gostaria de ouvir um pouco a que esse sindicato se propõe. Não ouvi isso. Qual é a concepção que se tem de sindicato? Temos várias questões que têm que ser debatidas antes de entrar na opção por ramo ou por categoria.

Nesse sentido também vem a indagação de como é que vamos continuar sem esse divisionismo e como vamos fazer essa vinculação, pois ela é voluntária, mas também é compulsória: se você se vincula, o imposto está garantido. Hoje, a reforma sindical do Governo Lula está indo de vento em popa. O sindicato chapa branca está começando a querer se sustentar formando pequenos sindicatos locais para formar federação. É esse o movimento do PROIFS: são vários sindicatos locais, porque o dinheiro dos sindicatos vai para a federação, da federação vai para a central sindical. Temos que pensar nisso e conhecer a realidade, sim.

Simone Lessa, assistente social da UERJ e filiada ao Sintuperj: Tenho tido a oportunidade, nos últimos anos, de conhecer a realidade dos assistentes sociais que trabalham na política de assistência na Baixada Fluminense, que é uma realidade muito dura, de uma precarização de trabalho absurda, nós temos números sobre isso. É uma carga horária de trabalho importante, uma remuneração insuficiente – para não usar uma expressão mais dura –, condições de trabalho precaríssimas, com salários atrasados, sem vínculo empregatício. Muitos colegas não têm sequer uma entidade mantenedora que faça um vínculo com a prefeitura; são pessoas que não têm vínculo algum. E sei que o CRESS, como entidade que regulamenta e fiscaliza a profissão, acompanha isso. Queria saber se o sindicato tem acompanhado, se percebe o seu papel nesse processo. São trabalhadores, resultados de um processo maior, que a mesa já indicou, da precarização, da “ONGnização” das políticas públicas e, em especial, das políticas de assistência. Gostaria de saber se vocês têm pensado estratégias nesse sentido, já que é um sindicato de base estadual.

Perciliana Rodrigues, assistente social da UERJ: Sou assistente social aqui da universidade, trabalho no hospital Pedro Ernesto, sou militante sindical, sou atualmente da oposição do Sintuperj, faço parte da diretoria executiva da Conlutas, participei da formação da nova central e sou militante do PSTU. A minha escola, a parte da minha formação política que fez com que eu chegasse até aqui, foi militância na categoria. Pouco participei do movimento estudantil, mas foi a militância no CRESS, no Sindicato dos Assistentes Sociais e na base da ANAS que possibilitou a minha formação política, para que hoje eu pudesse militar em espaços mais amplos, que reunissem outros segmentos de trabalhadores.

Gostaria de colocar duas questões, e me parece que há uma confusão que já pode ser uma pauta para um novo debate: o que é a concepção e o papel dos sindicatos? Para que servem os sindicatos? O sindicato pode servir como uma escola para a revolução, pode servir como instrumento fundamental para o avanço de consciência da classe trabalhadora. E se for por ramo, se ele tiver uma política de unificação mais ampla, melhor é, porque ele vai ajudar a acelerar o processo de consciência da classe, de tomada de consciência da classe. Agora, há uma confusão entre o que é o sindicato enquanto organismo, enquanto instrumento de luta, e as suas direções, o papel das suas direções. E aí a nossa tendência é jogar tudo fora: joga sindicato com direção e a categoria se afasta. Vivemos esse problema, hoje, aqui na universidade. O Sintuperj já foi um dos sindicatos mais combativos do estado, porque a política que estava colocada pela direção do seu programa, que prezava pela democracia operária, pela participação da

base, pelo princípio da independência e autonomia sindical, que é fundamental. Não é possível fazer luta para os trabalhadores se o sindicato, seja por ramo ou por categoria, for atrelado a patrão e ao governo, não é possível. Infelizmente, nesses últimos anos, a atual direção do sindicato é uma direção entreguista, subordinada à ordem que está aí. A base se desfiliou em massa, porque ela olha para o sindicato e diz: “Esse não é mais o sindicato em que eu confio, esse não é mais aquele sindicato de luta”. E aí ela se afasta, porque confunde o que é direção e o que é instrumento da sua organização. E aí, obviamente, temos uma batalha muito maior para convencer aquele companheiro de que, apesar dessa direção, ao refletir de fato seus interesses, ele não pode se desfiliar, ele tem que continuar na luta participando para mudar essa direção, dar condução política. Penso que estamos fazendo um pouco disso aqui, misturando essas duas coisas.

Apesar de defender a concepção do sindicato por ramo, penso que um tema para um bom debate, com desdobramentos, é a questão do papel das direções. Isso é fundamental, porque vai estar colocado em todos os âmbitos da luta. Para terminar, gostaria de fazer um chamado para a proposta que a comissão traz como desdobramento desse seminário, no dia 20, aqui mesmo na UERJ, às 17h30: uma plenária de avaliação desse encontro para perceber o quanto ele pôde avançar nas discussões, o quanto ele ainda é débil e que outros passos podemos e devemos tomar a partir desse primeiro momento. É assim que a categoria vai poder mostrar o seu real interesse e o seu comprometimento com seu processo de luta.

Participamos do Conclat e avaliamos que foi um congresso positivo. Não alcançou o objetivo final, mas reuniu quatro mil trabalhadores. Portanto, é significativo

■ Conceição Robaina

Após as contribuições do público, voltaremos a palavra a nossas convidadas, para que possam, rapidamente, fazer suas considerações.

■ Cíntia Teixeira

Não vou entrar no mérito específico da categoria do Serviço Social. A única reflexão que posso colocar é a necessidade de se fazer o balanço do que conseguimos construir enquanto ramo, não só no serviço público. Temos que ser consequentes também com que está colocado no mercado de trabalho hoje. No sindicato de categoria é fato, concordo com a Perciliana, que só conseguimos construir o avanço de uma consciência de classe quando unimos as lutas. Nós viemos percebendo isso ao longo do tempo. Agora, existem pontos que temos que avaliar de que modo vamos encaminhar. No Sindsprev, por exemplo – a Maristela está aqui e não vai me deixar

mentir – tirando o que é minoria, maioria, maioria da direção, minoria ou não, existem os núcleos e existem também debilidades. Mesmo que tenha sido construído o ramo, há núcleos que são hiperavanzados, porque existe ali uma luta ferrenha, com a qual se consegue construir uma consciência de classe, mas também existem setores que são quarteirizados na saúde e que têm uma grande debilidade de fazer a discussão.

Então, ao mesmo tempo em que temos que ter paciência, temos também que avaliar que essa reflexão não significa fechar o sindicato e montar um sindicato de ramo, não é essa proposta, mesmo por que a consciência da classe trabalhadora

não está ganha para isso. Em minha opinião, tem que ser algo construído, trazendo um pouco a realidade da minha categoria, que é também saúde, mas não tem apenas nutricionistas, tem também enfermeiros, fisioterapeutas, fonoaudiólogos etc. Tirando por minha experiência: somos a favor do sindicato de ramo. Temos experiências próprias de que isso é positivo, mas onde nós temos pernas, referências e militância lá na ponta. Agora, se vivemos um momento de refluxo, onde não há consciência da classe, onde as pessoas não se veem no sindicato, não se organizam nos sindicatos ou em fórum nenhum, como na prática vai se dar a construção de sindicato de ramo? Fico contente por que a nova conformação do Sindicato dos Nutricionistas traz um

■ Margareth Alves Dallaruvera

Vou tentar ser bem breve em relação ao que Daniele coloca. Primeiro penso que nós temos que ter bastante tranquilidade, transparência, lealdade e, principalmente, a verdade. A FENAS nunca ajuizou processo algum na Justiça contra anuidade. O que aconteceu com o Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro foi uma assembleia no Sindicato dos Metroviários, amplamente divulgada, com bastante participação da categoria, com convite e presença da direção do CRESS 7ª Região. Fizeram todo o processo de falar e explicar a questão do orçamento e a receita do Conselho, mas a base da categoria deliberou que o Sindicato deveria entrar com uma ação na Justiça. Nós estamos falando aqui de discurso de base, o CRESS esteve lá com sete ou oito representantes da direção, todos falaram, todos defenderam. Nós defendemos a assembleia, a organização de base, e a base se organizou em uma assembleia legítima e votou. Em nenhum momento o CRESS deixou de saber. Foi convidado, esteve presente em todos os momentos da assembleia. Isso foi em 2002, o SASERJ só ganhou por mérito agora e não foi como divulgado, para os 22: foi para todos os assistentes sociais filiados ao SASERJ até 2002, diferente do que aconteceu no Rio Grande do Sul, onde ganharam a liminar. Aqui não foi liminar, a ação é de 2002 e o mérito só saiu agora, já está em fase de execução, mas são processos que têm que ser discutidos depois. Isso é outro debate, nós não viemos aqui discutir este ponto. Estamos abertos para discutir em um espaço específico essa questão da anuidade.

Com relação à colocação, ainda de Daniele, a respeito da Prefeitura, ASFON-Rio e SASERJ, com certeza vamos ter liberdade, inclusive a liberdade de entrar nos sindicatos e disputar a hegemonia da direção das

leque do movimento estudantil. Nós não somos filiados à CUT e nem à Conlutas. Participamos do Conclat e avaliamos que foi um congresso positivo. Não alcançou o objetivo final, mas reuniu quatro mil trabalhadores. Portanto, é significativo, os trabalhadores não podem ignorar esse fato. Mas é importante avaliar e ter paciência.

Outra discussão que é importante fazer, e a minha categoria já faz, é a função de conselho e sindicato. Isso é um debate longo, de autarquia federal e movimento sindical, mas a verdade é que o Conselho de Serviço Social é um conselho avançado politicamente, perante o que é o meio, e isso é importante, tem que ser levado em consideração.

entidades. E se não for na ASFON-Rio e não for no SASERJ, vamos então à categoria em que se sentir representado para disputar o Sindicato dos Servidores Municipais.

Em relação à intervenção de Rose Serra, penso que a realidade tem que ser conhecida, colocada, percebemos que as pessoas falam sem conhecer a realidade. Não vejo equívoco na extinção da ANAS. Tenho dito sempre que nós respeitamos o movimento, temos orgulho. O livro da Bia está sempre conosco, tudo o que vocês escrevem, os anais da ANAS, tudo está lá, guardado conosco. Foi a conjuntura, um processo daquele momento. Hoje é outro momento: a base se organiza, discute e agora o mais importante é respeitar o movimento da base, e não fazer aquilo de "vou virar as costas porque vocês não existem". Querendo ou não, nós existimos, estamos aí, estamos crescendo, e crescendo na luta que está localizada pela base.

A questão da deficiência da formação profissional colocada pela Bianca é um debate para o qual convidamos os representantes da formação profissional para discutirem no nosso CONFENAS. São sempre convidados para todos os nossos CONFENAS, mas, infelizmente, não aparecem para o debate.

Moara, gostaria que as coisas fossem relatadas da forma exata. Nem Moara, nem ninguém, jamais foi expulso do sindicato. Temos que parar com isso, nós não somos crianças, não estamos aqui para ficar enganando com discurso bonito e não ter prática. Não apresentamos discurso teórico aqui, apresentamos prática de militância. E o nosso sindicato, toda última segunda-feira do mês, está aberto para a categoria, é a diretoria falando com a categoria. O problema que aconteceu de relação com a Moara foi de que não foi o grupo que colocou em relação aos assistentes sociais.

No momento em que nos convidaram para uma mesa, inclusive, já estava tudo pronto sem nenhum respeito a nossa pessoa. Então, é outro problema e estamos abertos para fazer essa discussão.

Quanto ao imposto sindical: nós devolvemos o imposto para aqueles que são filiados, nós devolvemos. Muito do imposto sindical não vai para o nosso sindicato, mas este é um assunto que realmente vamos ter que desmembrar depois para podermos agora passar a palavra.

O que é mais grave aqui, também colocado por Moara, é a relação entre o sindicato, Marcelo Garcia e a prefeitura de Nova Iguaçu. Quero deixar registrado neste evento que não existe nenhuma ligação pessoal, principalmente minha, com Marcelo Garcia. Não é o projeto político que defendo; ele é do DEM, não defendo o projeto dele. Vocês têm todo o direito de se manifestar, mas também é bom sabermos ouvir. Amigo é aquele que frequenta a nossa casa, mas, na hora em que nós estamos lá lutando para a entrada dos concursados na Prefeitura, estamos falando com o gestor. Ele é gestor ligado ao DEM, que não tem nada a ver comigo na minha postura pessoal, profissional, ética, moral, e nem dos demais dirigentes do nosso sindicato. Em Nova Iguaçu, Moara, você deve se lembrar bem, estávamos lá na Prefeitura brigando com os vereadores, onde os assistentes sociais

estavam ganhando pouco. Quem fez a luta lá fomos nós, Moara. Quem fez a greve na assistência social da prefeitura de Nova Iguaçu foi o nosso sindicato.

Para terminar, Jefferson coloca, entre outras coisas, nossa fala em relação ao CFESS/CRESS não ter assento dos conselhos de direito. É outra inverdade, não é isso. Não é esse o debate que está posto não só pela FENAS, mas por todas as federações de categorias profissionais, muito pelo contrário. Nós entendemos que os conselhos são importantes, eles têm papel importante na consolidação das políticas públicas. Porém, nós defendemos que é o espaço do controle social, que não é o segmento dos trabalhadores, mas é o segmento da garantia de defesa de direitos. Esse é o debate. O que está acontecendo é a deturpação de algumas falas, de alguns posicionamentos. Infelizmente não vou poder terminar, mas nos ressentimos de não aprofundar e não qualificar o debate, não poder efetivamente mostrar, inclusive, o que a nossa entidade defende. Não é com 20 minutos ou com meia hora, mas com certeza o sindicato está aberto, a FENAS está aberta toda última segunda-feira do mês, às 18h. Sempre foi assim, historicamente. Vamos lá para dentro discutir. Vamos tratar essas questões com seriedade, sem muita emoção e sem inverdades.

Nós devolvemos o imposto sindical para aqueles que são filiados

■ Márcia Canena

Quero agradecer e penso que o que está ocorrendo aqui mostra de fato a necessidade dessa discussão. Cada debate é uma questão político-ideológica. Ficou clara para mim a necessidade de se levantar dados de fato, de sabermos o que está acontecendo com a nossa categoria, com a nossa militância.

Gostaria de lembrar que a comissão de fiscalização do CRESS fez uma pesquisa importante no sistema sociojurídico, levantando os dados da realidade desses trabalhadores. Este é um caminho muito importante, também, além do debate do seminário, do debate político-ideológico estar

travado, isso está dado aqui, mas também levantarmos dados para conhecermos melhor a nossa realidade.

Quero lamentar muito e dizer que, no próximo seminário, se consiga organizar melhor o tempo das mesas, porque este debate foi muito prejudicado. Precisamos de tempo para as pessoas se colocarem. Mas acho que é um avanço, é um grande evento, importantíssimo, e pudemos conhecer um pouco mais, pensar um pouco mais sobre a necessidade da nossa organização enquanto trabalhadores, seja como for, essa necessidade de organização sindical.

■ Maristela Farias

Concordo com Perciliana quando ela coloca que, independente de ser sindicato por categoria ou por ramo, se não existir o respeito à democracia operária, e se as instâncias do sindicato não funcionarem, não dá certo. Também defendo o sindicato de ramo. Estamos a serviço da constituição do ramo, ainda com debilidades e até mesmo com alguns desvios burocráticos, até por que as falhas fazem parte da natureza humana. Mas temos que continuar lutando para mudar as coisas, para avançar nas formas. E para que isso aconteça de fato, a base tem que estar no sindicato, tem que estar na militância. O sindicato é só um

instrumento, ele não tem pé, não tem braço, quem faz o sindicato são os militantes, é a base do sindicato. Então, se não houver essas pernas e esses braços, não existe o sindicato.

Quero dizer que esse momento está sendo muito importante e é só o primeiro debate. Pela discussão que se deu aqui, se vê a necessidade de dar continuidade a essa discussão. Reivindico também que o tempo seja maior, mas entendo que nesse momento a discussão inicial proposta era de esclarecimento do funcionamento e da burocracia sindical, por isso não foi tão priorizado este segundo debate, que vai continuar.

■ Conceição Robaina

Nos foram solicitadas mais três intervenções. Após consulta à coordenação do evento, vamos abrir esta possibilidade, pedindo às colegas que sejam o mais breve possível.

■ Martha Fortuna, assistente social e diretora do CRESS/RJ

A primeira colocação é que a questão das anuidades não foi estendida no processo que foi judicializado. No processo judicial das anuidades impetrado em 2002 só foram atendidas 22 assistentes sociais. Não foi estendido para a categoria como um todo, isso está documentado. São só 22 assistentes sociais que ganharam na Justiça, através de ação do Sindicato, confirmado pela assessoria jurídica do CRESS 7ª Região, na Promotoria, nas varas etc.

A segunda, para deixar bem claro: se é a anuidade está sendo questionada, a assembleia do CRESS é aberta, divulgada amplamente nos

jornais, conforme o estatuto e o regimento do Conselho, e se há um questionamento sobre isso, eu me pergunto ou pergunto a todos: por que essas assistentes sociais, inclusive as que compõem o sindicato, não participam das assembleias de definição da anuidade? Por que não podem estar presentes? Porque não vão às assembleias discutir? Tivemos recentemente uma assembleia para definir os rumos da categoria, as teses para o Encontro Nacional CFESS/CRESS, e não havia uma assistente social que se filiasse ao sindicato. Então, se é uma discussão sobre a entidade, participe do evento, participe da entidade.

■ Moara Paiva Zanetti, assistente social da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Gostaria que as pessoas entendessem sobre o "quase expulsar". Talvez seja essa a nossa divergência, Margareth. Foi dito pelo sindicato às pessoas da Prefeitura que estavam lá que não sabiam o que estávamos fazendo ali, que não deveríamos estar ali. Fomos levar uma carta de demandas para o novo prefeito e disseram que não deveríamos entregar aquilo e queriam cercear a nossa fala. Então, talvez a nossa divergência seja sobre o que significa o "quase expulsar", mas, enfim, foi essa a postura do sindicato em relação aos trabalhadores e à categoria. E foi outra a postura em relação aos gestores.

Não sei de sua relação pessoal com o

Marcelo Garcia aqui no SASERJ. Pelo que avalio, é muito pior: é uma relação política, que coopera com um projeto profissional conservador, um retrocesso no que conseguimos avançar, indo de acordo com os gestores. Então, sua relação pessoal não sei e não me interessa, mas o que vejo é bem pior. Você poderia ser até amiga dele, mas não levar isso para dentro do Sindicato. Não vou ficar dizendo: "É verdade, é mentira, é a minha palavra contra a dela". Não sei essa nova gestão, mas quem participou em algum momento daquele Sindicato, tentou reivindicar alguma coisa, talvez possa dar seu testemunho.

■ Margareth Alves Dallaruvera

Faço questão de responder às duas. As 22 assistentes sociais que estão nos autos do processo judicial são as que assinaram a lista de presença, as que estavam na assembleia. São profissionais que foram dar seus contracheques. Inclusive agora, na execução, o desembargador solicitou a relação de todos os assistentes sociais filiados até a data da assembleia. Foram mais de 1.000 assistentes sociais e a lista foi entregue esta semana para entrar na execução dos autos do processo. Agora, o debate não foi para isso. Vamos debater ou no CRESS ou no sindicato.

Em segundo lugar, quero dizer, Moara,

que no SASERJ recebemos todo mundo, sempre recebemos. A companheira que está aqui, hoje, falando pelo Sindsprev, e que é enfermeira, chegou no Sindicato na época em que foram vários candidatos a prefeito lá, e se apresentava como líder dos assistentes sociais, falando em nome dos assistentes sociais. É muito complicado outro trabalhador entrar na sua sede, sendo de outra categoria profissional, e vocês em nenhum momento colocaram isso. Mas esse não é o momento, e temos que colocar com clareza, transparência e verdade.

■ Conceição Robaina

Para encerrar o evento, em nome da comissão organizadora, queremos registrar a presença de cerca de 200 participantes neste seminário, agradecer e parabenizar a todos pela sua participação.

Em Foco

Nº 7 - Setembro de 2011

Organização sindical dos assistentes sociais

Maria Beatriz Abramides
Valério Arcary
Regina Marconi
Cíntia Teixeira
Margareth Alves Dallaruvera
Márcia Canena
Maristela Farias
Mauro Iasi
Cleier Marconsin



Conselho Regional
de Serviço Social / RJ